



# **PSICOSFERA DA METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO: SIGNOS E DISCURSOS NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS<sup>1</sup>**

Euler Cavalcante Eleotério <sup>2</sup>  
Fredson Bernardino Araújo da Silva <sup>3</sup>  
Emily Ketlen Pessoa Venâncio <sup>4</sup>  
Marcos Castro de Lima <sup>5</sup>

## **RESUMO**

A institucionalização da Região Metropolitana de Manaus (RMM) representa um caso singular em relação ao atual contexto de gestão metropolitana no Brasil à medida que o Estado articula uma indução ao processo de metropolização do espaço. O objetivo deste trabalho é interpretar as contradições na gestão metropolitana da RMM cujo processo de metropolização do espaço, considerando os signos entendidos como os objetos técnicos nesse processo de transformação socioespacial. Metodologicamente o trabalho consiste em analisar a metropolização do espaço na RMM por meio da semiótica a partir de Eco (2000) e Santella (1998), formada pelo conjunto dos objetos técnicos símbolos (signos) do processo de metropolização do espaço (significante), soma-se a esta análise o par dialético tecnosfera-psicosfera de Santos (2006). Os principais resultados evidenciam as ações do Estado ao produzir infraestruturas para induzir o processo de metropolização justificando suas ações por meio do discurso de modernização, favorecendo a expansão do capital imobiliário e do setor de serviços em direção a Iranduba e Manacapuru. A conclusão indica que esse projeto de modernização não alcança a totalidade da RMM nem mesmo por meio dos serviços de abastecimento de água, demonstrando assim que a modernização se trata na verdade da dimensão ideológica da produção de um espaço excludente.

**Palavras-chave:** Metropolização do espaço, Semiótica, Abastecimento de água.

## **ABSTRACT**

The institutionalization of the Manaus Metropolitan Region (RMM) represents a unique case in relation to the current context of metropolitan management in Brazil, as the state articulates an induction into the process of spatial metropolization. The objective of this study is to interpret the contradictions in the metropolitan management of the RMM, whose process of spatial metropolization

<sup>1</sup> Este trabalho deriva parcialmente da dissertação intitulada “Metropolização do espaço na Amazônia Ocidental: diferenciação espacial e discurso na Região Metropolitana de Manaus” de Fredson Bernardino Araújo da Silva (2022) com financiamento da Capes.

<sup>2</sup> Mestrando do Curso de Pós-Graduação no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, bolsista Fapeam, [eulereleoterio2@gmail.com](mailto:eulereleoterio2@gmail.com);

<sup>3</sup> Doutorando do Curso de Pós-Graduação no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, bolsista Fapeam, [fbernardino1997@gmail.com](mailto:fbernardino1997@gmail.com);

<sup>4</sup> Mestranda do Curso de Pós-Graduação no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, bolsista Fapeam, [emilyvenancio9@gmail.com](mailto:emilyvenancio9@gmail.com);

<sup>5</sup> Professor no departamento de Geografia da Universidade Federal - UFAM, [castrolmar1@gmail.com](mailto:castrolmar1@gmail.com);



considers signs understood as technical objects in this process of socio-spatial transformation. Methodologically, the study consists of analyzing the metropolization of space in the RMM through semiosis based on Eco (2000) and Santella (1998), formed by the set of technical objects symbols (signs) of the process of metropolization of space (signifier). Added to this analysis is the dialectical pair technosphere-psychosphere of Santos (2006). The main results highlight the actions of the State in producing infrastructure to induce the process of metropolization, justifying its actions through the discourse of modernization, favoring the expansion of real estate capital and the service sector towards Iranduba and Manacapuru. The conclusion indicates that this modernization project does not reach the entirety of the RMM, not even through water supply services, thus demonstrating that modernization is in fact the ideological dimension of the production of an exclusionary space.

**Keywords:** Metropolization of space, Semiotic, Water supply

## INTRODUÇÃO

A metropolização do espaço, segundo Lencioni (2020), gera transformações no modo de produção do espaço urbano relacionados à globalização por meio de alterações nas formas, funções e estrutura do espaço. Entretanto, no caso da Região Metropolitana de Manaus (RMM), é necessário nos aprofundarmos sobre a relação exercida entre a metropolização e o espaço abarcado por este estudo, isto é, a Amazônia Ocidental, visto que Lima (2014) aponta que a institucionalização da RMM se trata de um processo de metropolização induzida, que precede à produção socioespacial historicamente estabelecida para a dinâmica metropolitana no Brasil conforme descrito em Lencioni (2017).

Partimos da dissertação de Silva (2022), que aborda a metropolização do espaço na Amazônia Ocidental mediante uma perspectiva semiótica. Deste modo, faremos um esforço de interpretação da metamorfose socioespacial a partir dos signos mais contundentes da metropolização do espaço na margem direita do Rio Negro, ou seja, o que se lança luz é a produção da metrópole na construção do espaço regional, que se concretiza de maneira mais direta nos municípios de Iranduba e Manacapuru. Dos principais signos, podemos elencar a Ponte Rio Negro (atual Ponte Jornalista Phelippe Daou) e o projeto interrompido da Cidade Universitária da Universidade do Estado do Amazonas.

Desenvolveremos a seguir, uma interpretação semiótica do processo de metropolização do espaço e, visando avançar no debate, incorporamos o par dialético tecnosfera e psicofera proposto em Milton Santos (2006), que, respectivamente, exploram a relação entre os meios técnicos na organização espacial e a ação dos sentidos e da política que imprime uma lógica para a produção do espaço por meio dos símbolos, o chamado “mundo das ideias”. Por fim, nos propomos a fazer uma reflexão acerca da relação entre os agentes sociais que promovem a metropolização do espaço e as contradições entre discurso e a



materialidade socioespacial do fato metropolitano a partir do acesso às redes gerais de abastecimento de água enquanto um exemplo da gestão metropolitana do território.

Neste caso, objetivamos interpretar as contradições na gestão metropolitana da RMM cujo processo de metropolização do espaço, considerando os signos entendidos como os objetos técnicos nesse processo de transformação socioespacial (Ponte Rio Negro, cidade universitária da UEA e entre outros) se expande no sentido de Iranduba e Manacapuru. Outras concepções importantes podem ser mencionadas nessa aproximação entre Geografia e semiótica, como o de significante, sendo o processo de metropolização do espaço; o significado, entendido pela articulação entre os objetos técnicos e a ação dos agentes sociais; e a semiose, representada pela totalidade da dinâmica desta interpretação.

Ressalta-se que o que se discute neste trabalho é um recorte temporal em que houve uma dinâmica intensa de metropolização do espaço no âmbito regional, isto é, da metrópole Manaus para Iranduba e Manacapuru pelo que entende-se como válida uma abordagem que compreenda o cenário do período que vai de 2007 até 2022.

Assim, o trabalho está organizado em três partes. A primeira discorre sobre as ações do Estado, principal agente de promoção da metropolização do espaço por meio de obras de infraestrutura. A segunda enfatiza as ações e os discursos dos promotores imobiliários em Iranduba. A terceira parte versa sobre as contradições entre o discurso de modernização produzido pelo Estado e o fato metropolitano por meio das condições de acesso à água no território da RMM.

## **METODOLOGIA**

Utilizaremos as ferramentas teóricas da semiótica vistas em Silva (2020, 2022) amparadas nas leituras de Eco (2000) e Santella (1998), onde desenvolve-se o estudo dos signos e significantes que, por meio da semiose, refere-se ao processo de soma do sinal e a interpretação deste, produzindo um signo com forma e função específica, onde o conjunto destes revela um significante. Além disso, complementa-se a perspectiva teórica de modo a revisitar o objeto de estudo a partir de uma nova perspectiva proposta pela filosofia das técnicas de Milton Santos para analisar as transformações espaciais vinculadas à metropolização do espaço na Amazônia Ocidental e as contradições deste processo, neste caso, observadas por meio da espacialização do acesso ao serviço formal de abastecimento de água por meio de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por fim, realizou-se ainda uma pesquisa de campo que incluiu a travessia da Ponte Rio Negro, a sede



municipal de Iranduba e as abrangências no entorno da rodovia AM-070, caso do distrito de Cacaupirêra em Iranduba, com o propósito de identificar novos elementos empíricos que dessem maior robustez às análises do presente trabalho.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Tomaremos como referencial teórico base deste artigo as concepções de metropolização do espaço a partir de Lencioni (2017), a semiótica de Eco (2000) e Santaella (1998) e o par dialético tecnosfera-psicosfera presente na filosofia das técnicas de Milton Santos (2006).

A atual discussão que se trava sobre a metropolização do espaço é desencadeada a partir das transformações urbanas que se encontram relacionadas a expansão das dinâmicas da globalização e da transição ao modelo pós-fordista de economia desde o final do século XX que repercutiram no âmbito político e econômico, seja por meio das políticas neoliberais de desregulamentação dos Estados nacionais, seja pela ascensão do capital financeiro. Assim, podemos compreender a metropolização do espaço como expressão espacial das transformações urbanas oriundas dessas dinâmicas e que podemos interpretar a partir da tríade globalização, reestruturação produtiva e metamorfose metropolitana (Lencioni, 2017). De maneira sintética a inserção dos lugares nos mercados globais demanda por uma reestruturação espacial no sentido de se produzir as condições necessárias à reprodução do capital, gerando uma metamorfose metropolitana, caracterizadas pela inserção de um conjunto de novas formas espaciais identificadas com as dinâmicas globais gerando uma nova estrutura espacial que se sobrepõe a estrutura anterior e desarticula as formas espaciais pretéritas, podendo ocorrer tanto na metrópole e sua hinterlândia como fora desses ambientes, de modo que não se pode reduzir a metropolização do espaço a uma nova etapa da urbanização, tratam-se na verdade de processos distintos e coexistentes.

A semiótica faz referência ao estudo dos signos e dos significantes, podendo ser compreendida como um processo de atribuição de significado aos símbolos, a chamada semiótica, cujo produto são os signos (Eco, 2000; Santaella, 1998). Embora a base da aplicação dos estudos da semiótica estejam no campo da linguagem, entendemos que a significação constitui-se em um elemento intrinsecamente antropológico. Portanto, também pode ser compreendida a partir da sua dimensão espacial. Assim sendo, é passível de uma abordagem geográfica à medida que, conforme demonstrado por Whalter-bense (2000 apud Fernandes, 2011, p. 161), “não existe, em nenhuma atividade espiritual, um meio utilizável



ou utilizado que, uma vez referido a qualquer fato ou acontecimento material, ou não material, não pertença à teoria geral dos signos”. Assim, conforme Eco (2000) define-se que a união entre uma entidade presente que representa a ideia de uma entidade ausente, somente é possível por meio de um sistema de códigos (linguagem) dados a partir da instância social. No caso de uma abordagem geográfica da semiótica, os objetos são também símbolos que a partir de um processo de interpretação (significado), tornam-se signos, onde um conjunto de signos (sistema de objetos) pode ser lido a partir de um processo espacial (significante), o que podemos simplificar por meio da ideia de dimensão espacial da linguagem.

Os conceitos de tecnosfera e psicosfera são um par dialético, que somente podem ser considerados em conjunto, presentes em “A natureza do espaço”, obra de Milton Santos onde o autor considera a técnica como um universo de meios para uma determinada finalidade que é dada no espaço. A tecnosfera corresponderia dessa maneira ao conjunto da diversidade dos meios técnicos, “o mundo dos objetos” que se modifica a partir das demandas da produção e se sobrepõe aos meios técnicos pretéritos. A disposição destes meios técnicos, porém, não se dá ao acaso, mas, obedece a lógica da produção dos sentidos, ou seja, da psicosfera, “o mundo das ideias” traduzido a partir das crenças, das paixões, dos valores e pelo imaginário de modo geral, que imprimem uma racionalidade sobre a produção do espaço. Assim, a tecnosfera e a psicosfera apresentam uma relação dialética, haja vista que os meios técnicos influenciam o comportamento humano, o que leva a transformação do meio geográfico (Santos, 2006).

## **O ESTADO COMO PRINCIPAL AGENTE PROMOTOR DA METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO**

Posto que o projeto da RMM se materializa por meio de um plano de políticas territoriais, o discurso, neste caso, serve para justificar as ações dos agentes modeladores/consumidores. Para a Geografia, portanto, o discurso tem função de legitimador e convencedor para execução de dada ação, de dado uso e de dada transformação socioespacial.

A Geografia em diálogo com a semiótica já consta na literatura da ciência geográfica. Milton Santos (2006) expressa, por exemplo, que o automóvel na modernidade é o principal signo da dinâmica das grandes cidades. Assim, o objeto, o automóvel, aparece como significante e a dinâmica das grandes cidades atuais, o sistema espacial, como significado. Nesta razão, o autor ainda descreve a potencialidade do discurso, com a capacidade de atribuir



simbolismo e uma carga de valor, em legitimar coisas como na implementação de objetos, a exemplo das hidrelétricas (SANTOS, 2006, p. 144).

O autor reconhece o papel dos objetos técnicos e como estão imbricados a um discurso que expresse a racionalidade que os legitima ou que assim pretendem. Sem olvidar isso, Santos (op. cit.) também observa as contradições advindas disso e compreende que os discursos têm interesses, têm agentes que instrumentalizam esses discursos, que devem ser alvo de olhar crítico. Nessa lógica, instrumentalizado para Geografia, um signo pode ser um objeto técnico, material, que altera a paisagem, e que também carrega consigo a simbologia da mudança de vida, imaterial. É material e é imaterial em sua concretude, neste caso, para a RMM, o principal signo é a Ponte Jornalista Phelippe Daou, mais conhecida como Ponte Rio Negro (LENCIONI, 2008).

Assim, é característico de qualquer ponte a capacidade de romper discontinuidades e fazer nascer novos fluxos. Dos novos fluxos, vêm novas formas de relação com os lugares. Como eixo técnico, ela sinaliza a importância do rodoviarismo enquanto ideologia ou, pelo menos, da demanda de continuidade terrestre de trânsito a fim de satisfazer interesses, bem como no poder de atração característica à densificação técnica (Silva, 2022).

A Ponte traz consigo uma força de política territorial com proposta de integração e desconcentração, o que a constitui num signo de metropolização. Sendo a Ponte um objeto, o sistema espacial que a ela se associa é a dinâmica de conexão de Iranduba (e, consequentemente, Manacapuru) com a metrópole Manaus. A Ponte tem como principal agente o Estado, podendo ser desdobrado a sua importância nas três esferas de poder, União, estado e municípios, pois se configura como objeto que compõe um planejamento mais complexo para a RMM (PDIRMM, 2010). Além de gestor e articulador, o Estado, neste caso, o Governo do estado do Amazonas, é o executor desse elemento técnico.

Na questão econômica, a ação dos promotores imobiliários e dos grandes proprietários de terras (latifundiários) ganham destaque. Os primeiros têm função de vetorizar a dinamização do urbano, pois apontam o crescimento da cidade, e o segundo são os que têm as áreas visadas e valorizadas pela prática de incorporação em função do urbanismo.

A Ponte serve como eixo indutor e que condiciona a valorização das terras além-rio, em Iranduba e Manacapuru. Assim, os promotores imobiliários fazem uso da seletividade espacial a fim de uma apropriação corporativa do espaço e, nesse processo, os latifundiários, também se beneficiam por serem detentores primeiros do produto em valorização, isto é, o solo rural visado para metamorfose metropolitana, primeiro item observado da tríade



interpretativa da metropolização do espaço. Em síntese, o poder político centrado no Estado se articula com o poder econômico em prol de interesses particulares, mas, complementares.

No mesmo sentido, a concepção da Cidade Universitária da UEA é apresentada e também se configura como um signo espacial que sinaliza uma dinâmica associada à metropolização do espaço. Se a Ponte tem como principal marca a questão da integração, a Cidade da UEA, além de se apresentar como um importante nexo na rede, representa um movimento de desconcentração da metrópole. É claro que um elemento não exclui o outro — integração e desconcentração —, sobretudo, neste caso, são complementares, mas neste momento priorizamos a potência discursiva que com maior ênfase se associa à produção do objeto.

Os elementos globalizantes são sempre assimilados em uma hierarquia urbana em que os centros mais elevados são cosmopolitas, em que a metrópole exerce um papel de centralidade e se volta à sua região de influência (direta e indireta). Assim, a Cidade da UEA seria um objeto que agregaria outros objetos e intensificaria a contiguidade entre a metrópole e o território de Iranduba, na perspectiva de se estabelecer uma dinâmica policêntrica no espaço regional da RMM. No entanto, o projeto da Cidade Universitária da UEA não foi concretizado e as obras estão paradas. O começo da reitoria, alguns prédios próximos, o zoneamento inicial e o traçado das primeiras vias foram os únicos avanços do projeto, apesar de pelo menos 700 milhões de reais disponibilizados (SEVERIANO, 2017; AMAZONAS ATUAL, 2017).

De qualquer forma, a Cidade da UEA é um objeto com força sógnica para indicar, ainda que de forma debilitada do projeto inicial, uma reestruturação produtiva, terceiro item observado da tríade interpretativa da metropolização do espaço.

Portanto, pode-se afirmar que ocorreu a instrumentalização da produção de objetos a fim de instituir um novo paradigma socioespacial o que se observa como elementos ideológicos componentes de uma metropolização induzida que ocorre na RMM. Indução que começa de forma mais consistente em nível de plano (PDIRMM, 2010), uma proposta de rearranjo espacial que se fundamenta em discurso lógico e que se realiza parcial ou integralmente em um novo modo de vida na zona de interesse e que é publicizado especialmente pelos promotores imobiliários.

## **OS PROMOTORES IMOBILIÁRIOS, O ESTADO E O DISCURSO DA MODERNIZAÇÃO**

A importância dos discursos na compreensão da metropolização ocidental da Amazônia a partir da institucionalização da RMM pode ser assimilada a partir da análise triádica interpretada por Lima (2019) composta pelas instâncias política, jurídica e ideológica. De maneira sintética a instância ideológica, representada pelos discursos do Estado tem a finalidade de justificar as ações políticas, representadas, por exemplo na instalação de infraestruturas por meio da produção de propaganda de modernização do espaço, que, neste caso, visava atender aos anseios da classe política estadual que demandava por acesso a recursos financeiros destinados a Regiões Metropolitanas (RMs) ao passo que este processo é viabilizado pela instância jurídica, representada na legislação, neste caso, a Constituição de 1988 que delegou a criação de novas RMs às unidades federativas, flexibilizando os critérios.

Ao produzir o discurso de modernização, os agentes políticos buscam obter vantagens em termos de garantia da sua reprodução social, principalmente no sentido eleitoral. Assim, a propaganda estatal compõe a indução à metropolização do espaço como condição para a produção dessa “modernização”, isso ocorre por meio da mobilização de objetos, signos da metamorfose socioespacial, no caso deste estudo, a Ponte e a cidade universitária. De igual modo, os produtores imobiliários ao incorporar as áreas valorizadas pela instalação de infraestruturas promovidas pelo Estado, neste caso, em Iranduba e Manacapuru, buscam produzir discursos incorporando, entre outras vantagens locacionais, os signos da metamorfose metropolitana, evidenciando dessa maneira a articulação entre o Estado e os promotores imobiliários (Silva, 2022).

Dessa maneira, as ações dos agentes imobiliários em Iranduba e Manacapuru é acompanhada por um discurso que busca destacar os atributos do espaço, as vantagens da proximidade e, simultaneamente, construir um distanciamento ideológico dos desconfortos da metrópole, conforme demonstrado em Lima ao apontar para:

(...) uma intensa propaganda a vender o espaço como exclusivo, longe da poluição, da polifonia, dos engarrafamentos e da violência que a metrópole proporciona. Por outro lado, ao mesmo tempo cultiva-se no imaginário do cliente a noção de exclusividade, de proximidade do verde e da natureza, estando, ao mesmo tempo, perto da metrópole, do trabalho (2014, p. 191).

Nesse sentido, Silva (2022) apresenta um caso representativo ao citar o Residencial Bela Vista - Condomínio das Orquídeas no qual a publicidade destaca diversas facilidades

como a proximidade com o Shopping Ponta Negra e com a época esperada Cidade Universitária da UEA, além da promessa de valorização financeira do imóvel e a presença de diversas amenidades nas proximidades. Durante a pesquisa de campo identificou-se uma série de elementos sógnicos que corroboram com a construção ideológica de um discurso de modernização do espaço que se dão principalmente entre ações conjuntas do Estado, promotores imobiliários e demais agentes produtores do espaço por meio de projetos que agregam valor ao espaço por meio da produção de amenidades, conforme observado na figura a seguir (Figura 1):

**Figura 1:** Elementos sógnicos do discurso de modernização do espaço



**Org. e autoria:** Euler Cavalcante Eleotério (09/2025). A) Exemplar de publicidade de venda de imóveis em condomínio; B) Exemplar de lote destinado à construção de imóveis; C) Publicidade de parque de diversões; D) Propaganda de programa de governo de expansão de rede de energia; E) Trecho da rodovia AM-070.

A pesquisa de campo evidenciou, portanto, uma série de objetos ao longo da rodovia AM-070 que são pertinentes à nossa análise. Nas figuras ‘A’, ‘C’ e ‘D’, podemos observar, no caso das duas primeiras, a publicidade, respectivamente de um condomínio e de um parque de diversões. Nota-se que em ambos os casos, destacam-se as representações gráficas que evocam a ideia de bem-estar e de bem-viver em associação com a ideia de ambiente familiar inspirando o sentimento de aconchego e conforto. No caso da terceira, nota-se uma propaganda governamental acerca de um programa de modernização da rede técnica de iluminação pública, uma evidência explícita do enfoque das ações do Estado no sentido espacial da expansão do capital.



Por sua vez, as figuras ‘B’ e ‘D’ demonstram a ação concreta, seja por parte do capital imobiliário, seja pelo Estado, de maneira que foram identificados diversos empreendimentos imobiliários ao longo da rodovia, entre projetos concluídos e em estágios iniciais de construção. Evidencia-se uma continuidade nas dinâmicas de expansão das atividades imobiliárias no município de Iranduba que são estimuladas pela instalação e manutenção das infraestruturas técnicas, como é o caso da rodovia, que em toda a extensão percorrida na prática de campo apresentou uma uniformidade no padrão de asfaltamento e sinalização que atendem a necessidade de fluidez demandada pelo capital.

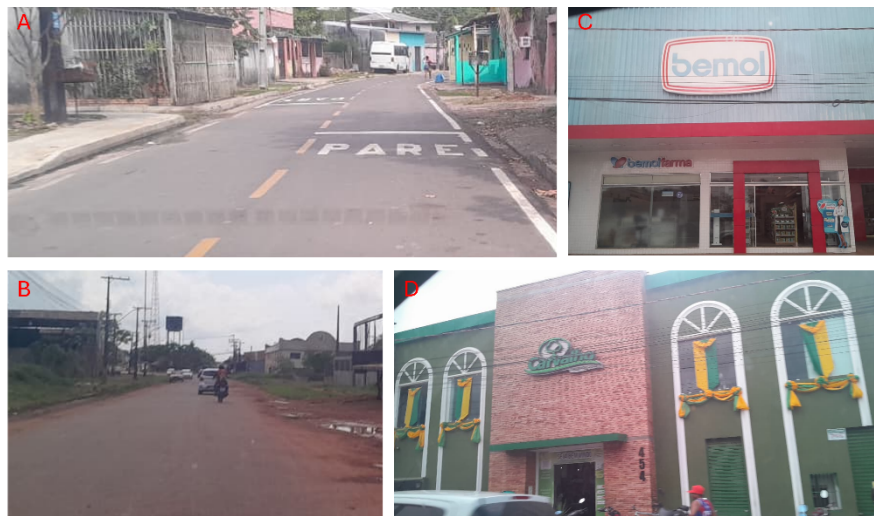
Todos esses elementos demonstram a articulação entre o Estado e o capital, onde a ação do Estado gera a valorização do espaço por meio da instalação de infraestruturas, no caso da RMM, a Ponte Rio Negro e a Cidade Universitária da UEA (ainda que este projeto não tenha sido concluído), viabilizando a expansão dos promotores imobiliários, ambos, orientados por uma instância ideológica comum traduzida no discurso de modernização do espaço. No caso do Estado, esses movimentos buscam justificar a indução do processo de metropolização do espaço e a institucionalização da RMM que atendem a uma demanda da classe política amazonense que almejava acessar recursos financeiros destinados à Regiões Metropolitanas (RMs) conforme abordado em Lima (2019). No tópico a seguir, buscaremos apresentar as contradições no discurso de modernização perpetrado pelo Estado por meio da análise do acesso aos serviços de abastecimento de água no recorte espacial deste estudo

## **AS CONTRADIÇÕES NO DISCURSO DE MODERNIZAÇÃO DO ESTADO POR MEIO DO ACESSO À REDE GERAL DE ÁGUA**

Ao longo dos tópicos anteriores nos voltamos as ações do Estado como principal promotor da indução da metropolização do espaço na RMM e a articulação deste agente social com os agentes promotores imobiliários que desencadearam um movimento de expansão da metrópole principalmente sobre os municípios de Iranduba e Manacapuru. Observamos ainda como esses movimentos foram justificados por um discurso ideológico de ascensão à modernização. A partir deste momento nos voltaremos à totalidade das abrangências da RMM a fim de evidenciar as contradições entre as ações e o discurso de modernização produzido pelo Estado ao compararmos a dinâmica de indução à metropolização do espaço em Iranduba e Manacapuru com a área total da RMM, espaços metropolitanos por direito, mas não necessariamente espaços metropolizados.

Mesmo quando consideramos a área percorrida na pesquisa de campo, já podemos observar as contradições entre as ações e o discurso da modernização preconizado pelo Estado. Na figura a seguir (Figura 2), podemos observar diversos elementos dessa contradição ao compararmos uma cena da entrada do distrito de Cacau-Pirêra (no município de Iranduba) com a sede municipal de Iranduba.

**Figura 2:** Disparidades do processo de metropolização no município de Iranduba



**Org. e Autoria:** Euler Eleotério (09/2025). A) Rua em Iranduba; B) Entrada do distrito de Cacau-Pirêra; C) Comércio da Franquia regional Bemol em Iranduba; D) Comércio da franquia Carvalho supermercados em Iranduba.

O distrito de Cacau-Pirêra apresenta muitos contrastes com os espaços observados ao longo da rodovia AM-070 e mesmo com a sede municipal de Iranduba. O arruamento não apresenta a mesma uniformidade na qualidade do asfaltamento, não há uma rede adequada de drenagem e nem se observa qualquer sinalização horizontal de controle do tráfego, diferentemente do que ocorre na sede municipal. Ao percorrermos a extensão da localidade não foram identificados os mesmos elementos sógnicos associados ao discurso de modernização. Predominam na localidade, além das residências, comércios locais e instituições públicas, normalmente com estruturas deterioradas, enquanto na sede municipal é possível identificar franquias comerciais de escala regional como é o caso da Bemol.

Anteriormente a instalação da ponte em 2011 o distrito de Cacau-Pirêra representava um ponto de conexão entre a metrópole Manaus e o município de Iranduba por meio do rio Negro, e, por isso, apresentava um fluxo rodofluvial intenso que se arrefeceu a partir do projeto de “modernização” alavancado pelas ações do Estado, impactando diretamente na posição da localidade na rede urbana fazendo deste um local de “resistência ao moderno”.



Optamos pela espacialização dos domicílios com acesso à rede geral de água como forma de exemplificar a gestão metropolitana, ou seja, uma demonstração das contradições entre o discurso da modernização e as ações do Estado quando considerada a totalidade territorial da RMM. Essa opção se justifica justamente por se tratar de um serviço básico essencial.

Nesse sentido, um primeiro elemento a se considerar é a gestão administrativa dos serviços de abastecimento de água. O único município na RMM que opera sobre o modelo de gestão privada do saneamento é a metrópole de Manaus. Em verdade, isso é bastante elucidativo se considerarmos a prática espacial da seletividade abordada em Corrêa (1992) em que o autor discorre como uma corporação define as localizações a partir dos atributos disponíveis em cada porção do espaço.

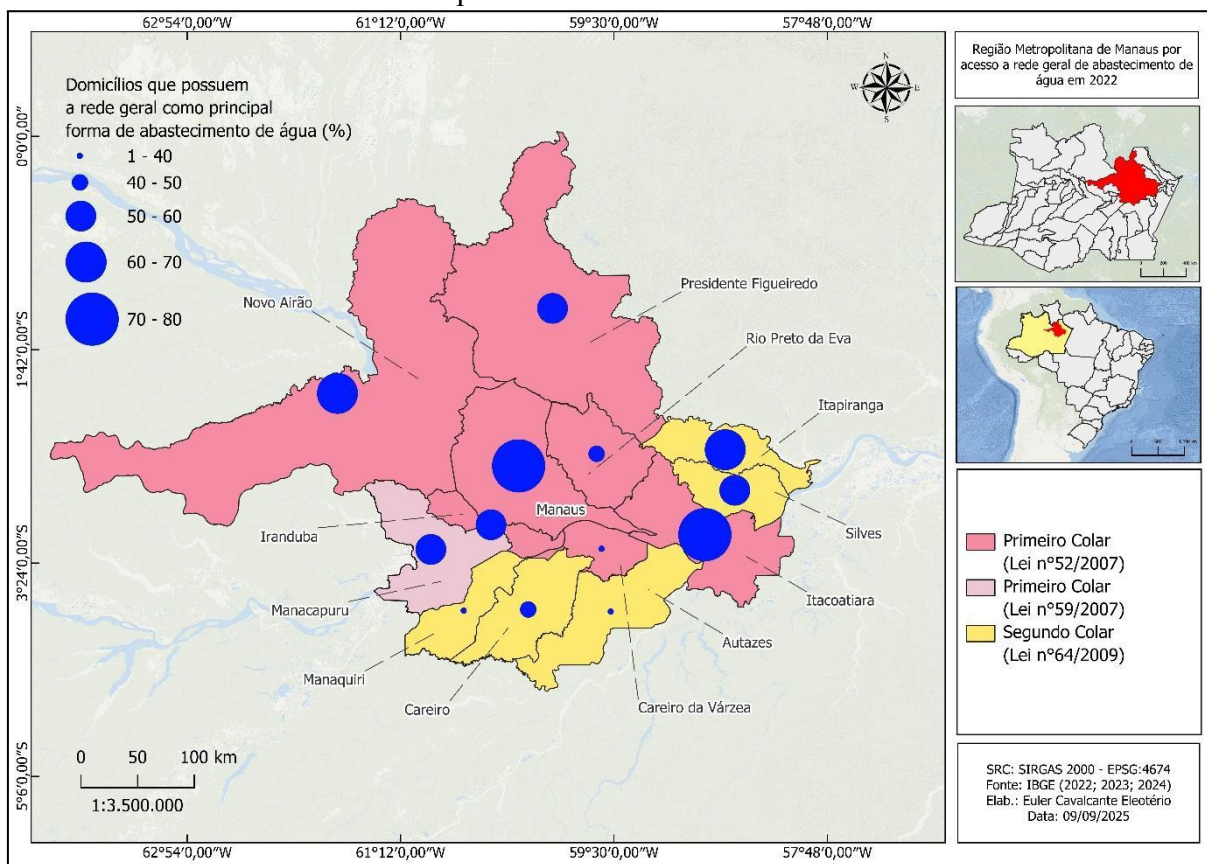
Neste caso, em relação aos serviços de abastecimento de água, somente a metrópole interessa ao capital à medida que apenas esta dispõe das condicionantes que favorecem a obtenção de lucro, seja pelo contingente populacional estimado em aproximadamente 2,063 milhões de pessoas enquanto o segundo maior contingente populacional, Itacoatiara, possui pouco mais de 100 mil habitantes (IBGE, 2022), seja pela densidade de infraestrutura técnica pré-instalada, pois, evidencia a contradição do pensamento neoliberal cujo discurso preconiza a privatização como solução para aumentar a eficiência dos serviços públicos sob alegação de insalubridade na gestão estatal, mas que efetivamente só se materializa onde a obtenção de lucros é favorável delegando ao Estado a gestão do saneamento nos demais municípios.

Assim, Rocha (2019) evidencia uma série de contradições no processo de privatização dos serviços de saneamento em Manaus ao demonstrar desde processos de sucateamento na prestação dos serviços da Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA) por meio de corte de pessoal e redução dos recursos financeiros, à pressão por grupos políticos, grupos externos e jornais locais para promover a concessão à iniciativa privada como solução de modernização e gestão eficiente.

Em realidade, isso evidencia a mesma dinâmica que temos visto anteriormente onde o Estado age no sentido de expansão das instalações de infraestruturas no território, ou seja, o estabelecimento de uma tecnosfera para viabilizar a expansão do capital, nesse caso, pela cessão dos serviços de saneamento com todas as facilidades de uma infraestrutura previamente instalada onde a dimensão ideológica representada no discurso de modernização se apresenta como um elemento central para o convencimento da opinião pública em favor do projeto neoliberal.

A indução ao processo de metropolização, a institucionalização da RMM e a privatização dos serviços de abastecimento de água na metrópole não podem ser compreendidos como fatos diretamente conectados entre si, posto que a RMM é um processo posterior à privatização, todavia, podem ser compreendidos como processos distintos resultantes de uma mesma dinâmica, o da expansão das dinâmicas atreladas ao processo da globalização e a psicosfera que se acompanha. Além disso, devemos considerar ainda o Plano Diretor Integrado da Região Metropolitana de Manaus (2010-2020) que previa entre a suas metas a expansão da infraestrutura de saneamento. Trata-se de uma peça técnica central do planejamento do território instituído no qual Lima (2014) identifica uma tríade discursiva pautada pelo desenvolvimento econômico, preservação ambiental e expansão. A seguir (Figura 3) podemos observar o percentual de domicílios com abastecimento de água via rede geral nas abrangências da RMM segundo o IBGE (2022).

**Figura 3:** Percentual de domicílios com abastecimento de água via rede geral na Região Metropolitana de Manaus em 2022.



**Org.:** Eleotério (2025). **Fonte:** IBGE (2022)

Optamos por representar a RMM a partir da organização em dois colares como realizado por Silva (2022) em que descreve a expansão territorial da RMM via normativas



jurídicas e considerando o critério de adjacência imediata ou não com o município da metrópole. Ao espacializar o acesso a água na RMM por meio dos serviços de abastecimento de água evidencia-se em um primeiro momento um quadro geral preocupante para o ano de 2022 se considerarmos que o acesso à água representa um serviço de ordem primária, portanto, espera-se que se promova a universalização do seu acesso. Uma segunda observação pertinente é perceber que somente a Metrópole Manaus e o município de Itacoatiara apresentavam percentuais de domicílios com acesso efetivo à rede geral de abastecimento de água acima de 70%, ao passo que ambos os municípios são os que mais se identificam com os elementos da globalização e da metropolização do espaço. Por fim, nota-se que o acesso à água via rede geral apresenta significativamente maior deterioração no Segundo Colar da RMM, composto em sua maioria com municípios com menor identificação com a metropolização do espaço, em relação ao Primeiro Colar, que possui maior identificação com este processo.

Nesse sentido, a imbricação da relação entre o quadro geral do abastecimento de água e a gestão metropolitana da RMM torna-se mais evidente se considerarmos o Plano Diretor Integrado da Região Metropolitana Manaus 2010-2020, (PDIRMM, 2010) que apresenta planos de ação na esfera do saneamento, o que não pode ser pensado de maneira integral sem que se considere os serviços de abastecimento de água.

Por isso mesmo, é possível identificar a partir do que levantamos a respeito do acesso aos serviços de abastecimento a relação entre entidades jurídica, política e ideológica, formando uma tríade conforme levantado por Lima (2019), pois, tais circunstâncias fortalecem o argumento de que a institucionalização da RMM trata-se em verdade de uma ação política para a captação de recursos destinados ao financiamento de RMs, mas, que se revela, neste caso, em uma articulação entre grupos políticos e agentes do capital, especialmente no caso do capital imobiliário, o que contrasta com as contradições da dimensão ideológica pautada pelo discurso da modernização apregoados pelos grupos detentores de poder, mas que não se revertem materialmente à totalidade da população da RMM, nem mesmo em acesso aos serviços básicos, contradição que também se revela na dimensão jurídica, pois a grande maioria desses municípios não se identifica e nem vislumbra qualquer materialidade ou projeção de materialidade com o fato metropolitano.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscamos compreender as relações entre os agentes sociais no projeto de indução à metropolização nas abrangências da RMM e como este processo se manifesta espacialmente. Este trabalho representa, portanto, uma revisitação e um avanço na discussão proposta no trabalho que o originou: “Metropolização do espaço na Amazônia Ocidental: diferenciação espacial e discurso na Região Metropolitana de Manaus” a medida que este trabalho se propõe a compreender a materialidade das contradições espaciais internas da RMM em que se observa a articulação entre Estado, principal agente articulador da metropolização do espaço que se expande no sentido de Iranduba e Manacapuru e o capital, representado nos agentes imobiliários, entre outros, onde as ações do primeiro visam agregar valor ao espaço por meio da instalação de infraestruturas a serem incorporados pelo segundo como elementos discursivos do bem-morar e do bem-viver.

O recorte espacial (Iranduba e Manacapuru) em que o Estado busca produzir essa indução ao processo de metropolização do espaço não é mero acaso, pois visa justificar a própria institucionalização da RMM, uma ação política com o intuito de viabilização de aquisição de recursos financeiros derivados de políticas específicas a regiões metropolitanas que, a partir da Constituição vigente concede prerrogativa de criação dessas instituições aos estados federados desde que observados os critérios de conurbação e adjacência dos municípios, levando assim à criação dos grandes objetos técnicos observados neste estudo.

Desse modo, Estado e capital agem no sentido de produção de uma psicosfera, isto é, da produção de um conjunto de signos q que reproduzem uma ideologia de modernização em que se enfatizam não mais as funções dos objetos técnicos (moradia, circulação), enfatizam-se as ideias e as possibilidades de se vivenciar um espaço familiar harmônico, de se usufruir das benesses de um ambiente de maior proximidade com o lazer e com o verde distante dos incômodos e ritmos da metrópole e ainda assim próximo a instalações de consumo (Shopping Ponta Negra), entre outras comodidades, que somente são possíveis a partir da instalação de um conjunto de objetos técnicos (ponte, rodovia, condomínios, parque aquático, por exemplo), portanto, de uma tecnosfera que se reproduz sob uma lógica imprimida pela psicosfera mencionada acima.

Contudo, tal projeto de modernização produzido pelo Estado em articulação com os agentes diversos do capital se prova um processo de metropolização do espaço excludente, especialmente se levarmos em conta o PDIRMM enquanto um instrumento técnico sustentada pelos princípios do desenvolvimento econômico, sustentabilidade e expansão.



Todavia, as ações do Estado no sentido de legitimação da institucionalização da RMM não se materializam em toda a sua abrangência, antes, se concentram em uma porção específica do território e volta-se a reprodução ampliada do capital onde a instalação e a reorganização dos objetos técnicos produz uma reestruturação produtiva que se sobrepõem e desarticulam as formas pretéritas, caso do distrito de Cacau-Pirêra, onde não se observa qualquer elemento sógnico do discurso de modernização apesar da proximidade topográfica com as formas espaciais deste processo. Por fim, há um distanciamento topológico entre os signos e discursos da modernização com o que se observa na prática no que se refere à garantia dos direitos sociais à medida em que se nota a precariedade da infraestrutura, por exemplo das redes de abastecimento de água.

## REFERÊNCIAS

- AMAZONAS ATUAL. **Governo abandona Cidade Universitária e quer usar ruínas para parque tecnológico**. Reportagem. Manaus: 2017. Disponível: <<https://amazonasatual.com.br/governo-abandona-cidade-universitaria-e-quer-usar-ruinas-para-parque-tecnologico/>>. Acesso em 16 de Abril de 2025.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, BR., v. 15, p. 35–41, 1992.
- ECO, U. **Tratado Geral da Semiótica**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- FERNANDES, J. D. C. Introdução à semiótica. In: ALDRIGUE, A.C.S.; LEITE, J.E.R.(Org.). **Linguagens: usos e reflexões**. 1. ed. João Pessoa: UFPB, 2011. v.8.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População residente, por cor ou raça**. Censo Demográfico. 2022. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9605>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2022.
- LENCIONI, S. OBSERVAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE CIDADE E URBANO. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 1, p. 109–123, 2008.
- LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência. 2017
- LENCIONI, S. Metropolização. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.
- LIMA, M. C. **Quando o amanhã vem ontem: A Institucionalização da Região Metropolitana de Manaus e a indução da metropolização do espaço na Amazônia Ocidental**. 2014. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: Departamento de Geografia, São Paulo, 2014.
- LIMA, M. C. A geografia como produção das dimensões política, jurídica e ideológica: imbricação triádica estrutural da Região Metropolitana de Manaus, **Confin**s, 43, 2019.



**PDIRMM - Plano Diretor Integrado da Região Metropolitana de Manaus (2010-2020).** Governo do Estado do Amazonas. Consórcio VETEC/VALENTE, 2010.

ROCHA, Sandoval Alves. **A luta pela água na Amazônia:** Desafios e contradições do acesso a água em Manaus. 2019. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica.** 14 reimp. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4º edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEVERIANO, A. **Obra da Cidade Universitária de R\$ 700 milhões segue parada à espera da venda da Cigás, no AM.** Reportagem. G1 - Amazonas. Manaus: 2017. Disponível em:  
<<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/obra-da-cidade-universitaria-de-r-700-milhoes-se-gue-parada-a-espera-da-venda-da-cigas-no-am.ghtml>>. Acesso em: 16 de Abril de 2025.

SILVA, F. B. A. da. Metropolização do espaço na Amazônia Ocidental: Discurso no contexto da Região Metropolitana de Manaus. In: ENANPEGE XIII, 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos - ENANPEGE XIII, 2019**

SILVA, F. B. A. da; DE LIMA, M. C. Semiótica aplicada ao estudo da metropolização do espaço no contexto da Região Metropolitana de Manaus: Semiotics applied to the study of space metropolization: the case of the Metropolitan Region of Manaus . **REVISTA GEONORTE**, v. 11, n. 38, p.1-16, 2020.

SILVA, F. B. A. da. **Metropolização do espaço urbano na Amazônia Ocidental:** discurso e diferenciação espacial na Região Metropolitana de Manaus. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.